

1. Informações gerais

A TEKA - Tecelagem Kuehnrich S.A. (“Companhia” ou “TEKA”) é uma companhia aberta e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 82.636.986/0001-55 e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 42300005649. Está sediada na Rua Paulo Kuehnrich, 68, Bairro Itoupava Norte, na cidade de Blumenau (SC).

A TEKA tem como atividade principal a indústria têxtil. Possui sua produção verticalizada, sendo conhecida mundialmente como produtora de artigos de cama, mesa e banho. Além de Blumenau (SC), possui unidades fabris em Indaial (SC) e Artur Nogueira (SP) e controladas em Buenos Aires (Argentina), Assunção (Paraguai), Munique (Alemanha) e Viena (Áustria).

1.1. Recuperação judicial

A Companhia protocolou o pedido de recuperação judicial em 26 de outubro de 2012, com a aprovação da Assembleia Geral de Credores - AGC em 02 de outubro de 2013 e teve seu pleito homologado pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Blumenau, em 30 de outubro de 2013, onde recebeu o nº. 008.12.023674-2, tendo por litisconsórcio facultativo ativo as Empresas Teka Têxtil S.A., FB Indústria e Comércio Têxtil Ltda., Cerro Azul Participações e Administração Ltda. e Teka Investimentos Ltda., dependendo a sua continuidade operacional, desta forma, do êxito do seu plano de recuperação e demais medidas que vêm sendo tomadas por sua Administração.

Após efetivada a homologação do Plano Recuperacional, foram interpostos quatro Agravos de Instrumento, com oposição à decisão que o aprovou e homologou, restando suspensos os seus efeitos até trânsito em julgado dos referidos agravos e recursos a ele referidos, assim, os efeitos da Recuperação Judicial protocolada pela TEKA em outubro de 2012 ainda não estão reconhecidos nas Demonstrações Financeiras.

Mesmo sem o trânsito em julgado das referidas decisões e cômico de sua responsabilidade social, as Recuperandas optaram por pagar os créditos trabalhistas no prazo dos dois anos de suas habilitações, mantendo a prioridade do plano na forma recomendada por lei, ademais das emissões das debêntures que fazem frente aos créditos quirografários.

1.2. Parágrafos do Relatório do Auditor Independente

Com o intuito de agilizar a regularização dos pontos de ressalvas apontados pelo auditor independente no seu relatório de auditoria anual datado de 26 de março de 2018, a Companhia subcontratou consultoria contábil a fim de auxiliar na rápida resolução dos temas.

A previsão é até o final do exercício de 2018 solucionarmos parte dos assuntos, gerando reflexos nas Demonstrações Financeiras e reduzindo os pontos do relatório de auditoria independente.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade com relação às normas de IFRS e às normas do CPC

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas

internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB, e evidenciam todas as informações relevantes. As demonstrações financeiras estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão e foram preparadas considerando a continuidade normal dos negócios.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 26 de março de 2018.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de escolha e aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2017.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta, a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos pelo CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, dos quais destacamos os seguintes:

- A Companhia inclui em sua consolidação todas as sociedades controladas nas quais a controladora, direta ou indireta, possui influência significativa que assegurem aos seus acionistas de modo permanente e preponderante o poder de eleger a maioria dos administradores.

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras padronizadas

Em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes e padronizadas com o propósito de apresentação, classificação e mensuração uniformes.
- Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo, entre esses:
 - a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as empresas incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação.
 - b) Eliminação das parcelas dos resultados do exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados e do custo de estoques ou do ativo não circulante que corresponderem a resultados, ainda não realizados, de negócios entre as sociedades.
 - c) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio.
- Reconhecimento de prejuízos de empresas controladas atribuíveis à controladora que excedam o valor da participação até o limite do valor do investimento, exceto quando a controladora tem a obrigação ou intenção de cobrir estes prejuízos.

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da TEKA suas controladas em 31 de dezembro de 2017, apresentadas abaixo:

		Participação (%)			
		31/12/17		31/12/16	
	País	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Teka Têxtil S.A.	Brasil		99,99%		99,99%
Tecelagem Kuehnrich	Argentina	90,00%	-	90,00%	-
Cerro Azul Part.e Adm. Ltda	Brasil	99,99%	-	99,99%	-
Teka Paraguay	Paraguai	99,00%	-	99,00%	-
Teka Europalager	Alemanha	100,00%	-	100,00%	-
Teka Investimentos Ltda	Brasil	-	99,99%	-	99,99%
Teka Fiação Ltda	Brasil	-	99,99%	-	99,99%
Salerna Holding GmbH	Áustria	100,00%	-	100,00%	-

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

3.2 Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real.

(a) Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação.

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

Itens não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão.

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real (moeda funcional) às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas médias de câmbio.

As variações cambiais decorrentes desta diferente forma de apresentação, são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

3.3 Instrumentos financeiros

Tipos de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- Empréstimos e recebíveis.
- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Disponíveis para venda.
- Mantidos até o vencimento.

Em 31 de dezembro de 2017 a entidade não possui ativos financeiros classificados como disponíveis para venda e nem como mantidos até o vencimento.

Os passivos financeiros podem ser classificados como:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Outros passivos financeiros.

Classificação

Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Enquadram-se nessa categoria os ativos e passivos financeiros que satisfazem a qualquer uma das seguintes condições:

- São mantidos para negociação: casos de instrumentos financeiros com a finalidade de venda ou recompra em prazos curtos e dos derivativos, exceto em eventuais situações de hedge accounting, que atualmente não é adotado.
- São designados no reconhecimento inicial como mensurados ao valor justo por meio de resultado, pois a estratégia documentada de investimento e de gerenciamento de risco desse instrumento é realizada com base no valor justo.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado da Companhia e de suas controladas são exemplificados por:

- Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

- Títulos e valores mobiliários: incluem-se neste grupo os títulos e valores mobiliários adquiridos pela Companhia e por suas controladas, com a finalidade de venda ou de recompra, os quais não atendem à definição de caixa e equivalentes de caixa.
- Depósitos vinculados: representam as aplicações feitas pela Companhia ou suas controladas em CDBs dados como garantia.
- Instrumentos financeiros derivativos contratados para proteger riscos.
Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado da Companhia e de suas controladas são exemplificados por:
- Instrumentos financeiros derivativos contratados para proteger riscos.

Outros passivos financeiros

Os passivos financeiros que não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado são classificados como outros passivos financeiros.

Os outros passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são exemplificados através de:

- Fornecedores.
- Contas a pagar a empresas ligadas e a terceiros.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures a pagar.

Reconhecimento e mensuração

Todos os instrumentos financeiros foram reconhecidos no balanço da Companhia e de suas controladas, tanto no ativo quanto no passivo, tendo sido mensurados inicialmente pelo valor justo.

Após o reconhecimento inicial, e de acordo com a sua classificação:

- Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são mensurados pelo valor justo e suas flutuações são reconhecidas no resultado.
- Os empréstimos e recebíveis e os outros passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

3.4 Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao custo de reposição e ao valor líquido de realização, quando aplicável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção, baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos.

Os estoques importados que se encontram em trânsito são reconhecidos a partir da data que o fornecedor despacha os produtos para a Companhia.

As provisões de estoques para realização (redução a valor de mercado) e para estoques de baixo giro e/ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela

Administração. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos, a contar da data da contratação da operação.

As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado a valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos, de responsabilidade da Companhia.

A provisão de recuperabilidade do Contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber. Os critérios adotados para sua constituição estão detalhados na relativa nota explicativa.

3.7 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não procedeu ao registro do ajuste a valor presente.

3.8 Investimento em controladas

As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora essas informações são registradas através do método da equivalência patrimonial.

Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento nas controladas é registrado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da controlada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido da controlada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não

realizados, resultantes de transações entre a Companhia e suas controladas, são eliminados de acordo com a participação mantida na controlada.

A participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada.

As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

3.9 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, quando aplicável, deduzido da depreciação, a qual é calculada pelo método linear de acordo com as taxas descritas na nota explicativa específica. A Companhia efetua periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado.

O imobilizado é apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre o prazo de arrendamento e as suas vidas úteis.

3.10 Intangível

Ativos intangíveis, hoje representados por Licenças de Softwares, adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados pelo custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de alterações no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. Não há ativos intangíveis gerados internamente.

3.11 Redução ao valor recuperável *impairment*

A Companhia adota como procedimento revisar o saldo do imobilizado e intangível para verificação de possíveis reduções em seu valor de recuperação consideradas permanentes, no mínimo anualmente e sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro.

3.12 Provisões

Geral

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação ou potencial obrigação legal ou não formalizada, presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A provisão para contingências é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis e atualizadas até as datas dos balanços, e apoiada na opinião dos advogados da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para contingências estão descritos na nota explicativa correspondente.

3.13 Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a recolher para as autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada anualmente a 30% do lucro real e são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e das diferenças temporárias ativas e passivas. Tais impostos encontram-se suportados por estudo de geração futura de resultados tributáveis que faz parte do plano de recuperação judicial.

O registro desses tributos diferidos levou em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis, assim como as expectativas de realização das diferenças temporárias ativas e passivas, e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária, conforme demonstrado na nota explicativa do imposto de renda.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

3.14 Impostos sobre as vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas;
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a recolher, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

- Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 0% a 20%;
- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de 0% a 10%;
- Programa de Integração Social (PIS) de 0% a 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de 0% a 7,6%;
- Imposto sobre serviços (ISS) de 5%.

Nas demonstrações de resultado, as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

3.15 Operações com instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros contratados.

3.16 Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

3.17 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

3.18 Capital social

Ações ordinárias e preferenciais

São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos em uma conta redutora do capital social, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.19 Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia, e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período, considerando, quando aplicável, ajustes de desdobramento ocorridos no período ou no evento subsequente capturado na preparação das Demonstrações Financeiras.

3.20 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos).

3.21 Reconhecimento de receitas, custos e despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando:

- o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e
- todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

3.22 Demonstração dos fluxos de caixa

Preparada pelo método indireto, de acordo com as normas e procedimentos do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.23 Demonstrações do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

3.24 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2017

As normas e interpretações novas e alteradas que estão em vigência a partir de 1º de janeiro de 2017 não trouxeram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil” – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração

para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do *hedge*, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e que o índice de *hedge* seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras.

4. Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade.

Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização.

Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos sem garantia real e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perdas estimadas nas demonstrações financeiras em montante suficiente para cobrir a perda provável.

Outras políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas;
- Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados; e

- Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos;

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Caixa	11	9	16	18
Bancos conta movimento	54	272	65	291
Aplicações financeiras	2	1	2	1
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	67	282	83	310

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e quando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em certificados de Depósito Bancário e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

6. Contas a receber de clientes

A composição e saldo de contas a receber, e sua distribuição por idade de vencimento, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Contas a receber clientes mercado interno	44.601	50.115	45.210	50.504
Contas a receber clientes mercado externo	2.341	4.954	2.361	4.971
Impairment (provisão para perdas)	(14.346)	(13.262)	(14.398)	(13.303)
Contas a receber de clientes	32.596	41.807	33.173	42.172

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Aging list contas a receber de clientes				
Vencidos	4.430	6.167	4.747	6.235
A vencer em até 3 meses	25.181	32.303	25.442	32.600
A vencer entre 3 e 6 meses	2.980	3.337	2.979	3.337
A vencer de 6 meses a 1 ano	5	-	5	-
Contas a receber de clientes	32.596	41.807	33.173	42.172

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Contas a receber por tipo de moeda				
Reais	30.896	37.250	31.453	37.598
US\$	1.700	4.557	1.700	4.557
Euros	-	-	20	17
Contas a receber de clientes	32.596	41.807	33.173	42.172

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas duplicatas em atraso acima de 180 dias e na análise individual dos valores relevantes em atraso.

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Produtos acabados	4.730	6.406	4.730	6.406
Impairment de produtos acabados	(1.050)	(1.323)	(1.050)	(1.323)
Produtos em elaboração	9.108	5.376	9.108	5.376
Matérias primas e insumos	1.934	1.413	1.934	1.413
Outros estoques	671	2.606	1.216	3.064
Total dos estoques	15.393	14.478	15.938	14.936

A provisão para estoques obsoletos é avaliada com base nos estoques sem giro acima de 180 dias. A provisão para redução a valor de mercado dos estoques é realizada quando os custos dos estoques estão superiores aos valores de vendas dos produtos finais aos clientes.

Até 31/12/2017, R\$ 77 foram registrados no resultado como reversão de perda de itens obsoletos ou danificados (R\$ 78 como reversão de perda até 31/12/2016), e R\$ 195 como reversão de ajuste a valor de mercado (R\$ 69 como ajuste a valor de mercado até 31/12/2016).

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
ICMS	4	64	231	252
Imposto de renda	1	31	1	31
IPI	447	1.015	449	1.017
PIS/COFINS	-	-	98	81
Crédito reintegra	365	365	365	365
Outros	26	18	282	272
Parcela circulante	843	1.493	1.426	2.018
ICMS	78	85	78	85
Imposto de renda	10.558	10.310	10.558	10.310
PIS/COFINS	2.191	2.133	2.191	2.133
INCRA	9.950	8.997	9.950	8.997
IRPJ/CSLL	613.645	580.533	613.645	580.533
Outros	4.748	4.748	4.748	4.748
Parcela não circulante	641.170	606.806	641.170	606.806

Em 08 de dezembro de 2005, a Companhia ingressou com Ação Declaratória contra a União Federal (Fazenda Nacional), processo 2005.34.00.036880-5, nova numeração 0036337-32.2005.4.01.3400, objetivando afastar a limitação imposta à compensação dos saldos negativos de imposto de renda das pessoas jurídicas e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido com tributos da mesma espécie, possibilitando a compensação com outros tributos arrecadados pela Receita Federal do Brasil. Por este pleito, em 13 de novembro de 2011 a Companhia obteve sentença com trânsito em julgado, motivo pelo qual os valores foram registrados no balanço da TEKA.

9. Investimento em controladas

A movimentação patrimonial em 31 de dezembro de 2017 está demonstrada a seguir:

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial
Notas explicativas às demonstrações financeiras padronizadas
Em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2016	46.960
Equivalência patrimonial:	
Participação nos resultados	(3.666)
Ganhos ou perdas de capital	(67)
Ajustes acumulados de conversão	72
Em 31 de dezembro de 2017	43.299

Nome	País	Ativos	Passivos	Patrimônio	Receita Bruta	Resultado	Participação
				Líquido			
Em 31 de dezembro de 2016							
Teka Têxtil S.A.	Brasil	64.009	24.099	39.910	-	(949)	99,9999%
Tecelagem Kuehnrich	Argentina	15	7	8	-	2	90,0000%
Cerro Azul Part. E Adm. Ltda.	Brasil	68.733	66.324	2.409	1.982	(6.138)	99,9999%
Teka Paraguay	Paraguai	4.841	-	4.841	29	17	99,0000%
		137.598	90.430	47.168	2.011	(7.068)	
Em 31 de dezembro de 2017							
Teka Têxtil S.A.	Brasil	62.456	23.825	38.631	-	(1.280)	99,9999%
Tecelagem Kuehnrich	Argentina	13	6	7	-	-	90,0000%
Cerro Azul Part. E Adm. Ltda.	Brasil	66.940	66.940	-	3.249	(2.409)	99,9999%
Teka Paraguay	Paraguai	4.938	-	4.938	16	23	99,0000%
		134.347	90.771	43.576	3.265	(3.666)	

10. Imobilizado

A movimentação patrimonial em 31 de dezembro de 2017 está demonstrada a seguir:

Controladora	Terrenos	Edificações e instalações	Maquinas e equipamentos	Ferramentas e utensílios	Equipamentos processamento de dados	Móveis e utensílios	Veículos	Outros ativos fixos	Imobilizado em andamento	Total
Taxas de Depreciação		2%	10%	10%	20%	10%	20%	20%		
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2015	28.662	58.350	76.979	752	227	222	307	28	3.021	168.548
Saldo Inicial	28.662	58.350	76.979	752	227	222	307	28	3.021	168.548
Adições			1	3	7	7			1.016	1.034
Transferências			1.009						(1.009)	
Baixas			(279)				(41)			(320)
Depreciação		(1.488)	(2.777)	(39)	(28)	(12)	(13)			(4.357)
Baixas da Depreciação			212				36			248
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2016	28.662	56.862	75.145	716	206	217	289	28	3.028	165.153
Saldo Inicial	28.662	56.862	75.145	716	206	217	289	28	3.028	165.153
Adições			2		23	5			4	34
Transferências			855						(855)	
Baixas			(21)	(24)	(758)	(21)			(62)	(886)
Depreciação		(1.488)	(2.545)	(34)	(20)	(12)	(12)			(4.111)
Baixas da Depreciação			19	24	756	20				819
Saldo Final	28.662	55.374	73.455	682	207	209	277	28	2.115	161.009
Em 31 de dezembro de 2017										
Custo	28.662	84.959	164.307	12.812	2.933	2.556	885	42	2.115	299.271
Depreciação acumulada		(29.585)	(90.852)	(12.130)	(2.726)	(2.347)	(608)	(14)		(138.262)
Valor líquido contábil	28.662	55.374	73.455	682	207	209	277	28	2.115	161.009

O montante de R\$ 4.082 (R\$ 4.321 em 2016) referente à despesa de depreciação foi debitado ao resultado na rubrica de custo dos produtos vendidos, o montante de R\$ 21 (R\$ 11 em 2016) como despesas administrativas e o montante de R\$ 8 (R\$ 25 em 2016) como despesas com vendas.

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial
Notas explicativas às demonstrações financeiras padronizadas
Em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	Terrenos	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Ferramentas e utensílios	Equipamentos processamento de dados	Móveis e utensílios	Veículos	Outros ativos fixos	Imobilizado em andamento	Total
Taxa de depreciação %		2%	10%	10%	20%	10%	20%	20%		
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2015	46.724	89.878	109.543	833	239	230	307	28	3.026	250.808
Saldo Inicial	46.724	89.878	109.543	833	239	230	307	28	3.026	250.808
Adições			1	3	9	53			1.016	1.082
Transferências			1.009						(1.009)	
Baixas			(3.593)				(41)			(3.634)
Depreciação		(2.564)	(3.921)	(47)	(28)	(17)	(13)			(6.590)
Baixas da Depreciação			2.799				36			2.835
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2016	46.724	87.314	105.838	789	220	266	289	28	3.033	244.501
Saldo Inicial	46.724	87.314	105.838	789	220	266	289	28	3.033	244.501
Adições			2		25	5			4	36
Transferências			855						(855)	
Baixas			(21)	(24)	(760)	(21)			(64)	(890)
Depreciação		(2.564)	(3.569)	(36)	(20)	(16)	(12)			(6.217)
Baixas da Depreciação			19	24	759	20				822
Saldo Final	46.724	84.750	103.124	753	224	254	277	28	2.118	238.252
Em 31 de dezembro de 2017										
Custo	46.724	133.891	237.470	13.563	2.966	2.667	885	42	2.118	440.326
Depreciação acumulada		(49.141)	(134.346)	(12.810)	(2.742)	(2.413)	(608)	(14)		(202.074)
Valor líquido contábil	46.724	84.750	103.124	753	224	254	277	28	2.118	238.252

Os empréstimos bancários estão garantidos por terrenos, edificações e máquinas no valor de R\$ 235 milhões (R\$ 240 milhões em 2016).

A base adotada para determinar o cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as vidas úteis e os percentuais de residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável do ativo imobilizado é necessária.

11. Intangível

Controladora e consolidado	Direito de uso	Softwares	Implantação ERP	Total
Vida útil estimada (anos)	5	5	5	
Valor líquido em 31 de dezembro de 2015	-	9	587	596
Adições	-	-	-	-
Amortização	-	(4)	(84)	(88)
Saldo Final	-	5	503	508
Em 31 de dezembro de 2016				
Custo	704	377	7.307	8.388
Amortização acumulada	(704)	(372)	(6.804)	(7.880)
Valor líquido contábil	-	5	503	508
Saldo Inicial	-	5	503	508
Adições	-	102	-	102
Amortização	-	(5)	(84)	(89)
Saldo Final	-	102	419	521
Em 31 de dezembro de 2017				
Custo	704	479	7.307	8.490
Amortização acumulada	(704)	(377)	(6.888)	(7.969)
Valor líquido contábil	-	102	419	521

12. Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Contas a pagar a fornecedores	403.648	356.099	405.876	358.120
Contas a pagar a fornecedores	403.648	356.099	405.876	358.120
Obrigações sociais e trabalhistas	739.403	699.861	771.554	730.438
Obrigações fiscais	282.936	263.773	307.397	287.029
Dívidas com pessoas ligadas (nota 18)	33.215	27.161	38.382	31.849
Outras contas a pagar	96.811	94.116	92.381	89.723
Parcela circulante	1.556.013	1.441.010	1.615.590	1.497.159
Contas a pagar a fornecedores	-	59	-	59
Obrigações sociais e trabalhistas	-	94	573	827
Obrigações fiscais	327	433	339	433
Dívidas com pessoas ligadas (nota 18)	49.322	50.740	-	-
Outras contas a pagar	5.537	-	5.539	-
Parcela não circulante	55.186	51.326	6.451	1.319
Total a pagar a fornecedores	403.648	356.158	405.876	358.179
Total de outras contas a pagar	1.207.551	1.136.178	1.216.165	1.140.299
Total geral	1.611.199	1.492.336	1.622.041	1.498.478

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras padronizadas

Em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Aging list contas a pagar				
Vencidos	399.029	341.520	401.256	343.539
A vencer em até 3 meses	4.605	6.573	4.605	6.575
A vencer entre 3 e 6 meses	14	2.658	15	2.658
A vencer de 6 meses a 1 ano	-	5.348	-	5.348
A vencer acima de 1 ano	-	59	-	59
Contas a pagar a fornecedores	403.648	356.158	405.876	358.179

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Contas a pagar por tipo de moeda				
Reais	398.085	350.917	400.313	352.938
US\$	5.412	5.106	5.412	5.106
Euros	105	91	105	91
Franco Suíço	46	44	46	44
Contas a pagar a fornecedores	403.648	356.158	405.876	358.179

Os principais produtos adquiridos, essenciais para o negócio da Companhia são: algodão, certos produtos químicos, embalagens.

Do saldo de R\$ 403.648 e R\$ 405.876, respectivamente controladora e consolidado, R\$ 237.143 e R\$ 238.468 estão registrados em contas de juros, sendo R\$ 188.714 e R\$ 189.854 atualização dos períodos após a RJ. Neste montante estão incluídos valores cujos fornecedores estão no plano de Recuperação Judicial, e com o reconhecimento dos efeitos do plano certamente serão adequados propiciando possíveis ajustes benéficos para o cenário financeiro e contábil da Companhia.

13. Obrigações sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Obrigações sociais e trabalhistas	739.403	699.861	771.554	730.438
Parcela circulante	739.403	699.861	771.554	730.438
Obrigações sociais e trabalhistas	-	94	573	827
Parcela não circulante	-	94	573	827

14. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Obrigações fiscais	282.936	263.773	307.397	287.029
Parcela circulante	282.936	263.773	307.397	287.029
Obrigações fiscais	327	433	339	433
Parcela não circulante	327	433	339	433

15. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Circulante				
Capital de giro	227.359	195.795	227.641	195.795
RAET	10.090	9.596	10.090	9.596
BRDE	6.101	5.408	6.101	5.408
FINEP	130.394	115.823	130.394	115.823
BNDES	42.590	38.624	42.590	38.624
Bancos diversos	284	52	284	152
Debêntures	62.312	59.718	62.312	59.718
	479.130	425.016	479.412	425.116
Não Circulante				
Capital de giro	-	525	-	525
Debêntures	1.126	1.034	1.126	1.034
	1.126	1.559	1.126	1.559
Total de empréstimos e financiamentos	480.256	426.575	480.538	426.675

Taxas

Capital de giro	CDI+1%a.m. / 1% a 5%a.m. / 1%a.m.+IGPM / INPC+12%a.a.
RAET	TR + 6,0% a.a.
BRDE	TJLP + 7,0% a.a.
FINEP	TJLP + 5,5% a.a.
BNDES	INPC + 12% a.a.
Debêntures	INPC + 6% a.a. / TJLP + 1,5% a.a.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Por data de vencimento				
Vencidos	443.988	369.964	443.988	369.964
Em até 6 meses	35.142	51.217	35.424	51.317
De 6 meses a 1 ano	-	3.835	-	3.835
De 1 a 2 anos	1.126	1.559	1.126	1.559
	480.256	426.575	480.538	426.675

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Por tipo de moeda				
Reais	479.142	424.585	479.424	424.685
US\$	1.114	1.990	1.114	1.990
	480.256	426.575	480.538	426.675

Garantias e avais

Em garantia aos empréstimos obtidos, foram concedidos avais e alienação de bens do ativo imobilizado no total de R\$ 235 milhões (R\$ 240 milhões em 2016).

Debêntures

No Plano de Recuperação há a previsão de emissão de Debêntures a credores. No exercício de 2016 a Companhia iniciou o processo de entrega, cujo montante de R\$ 1.126 até

31/12/2017 está reconhecido na rubrica Debêntures no Longo Prazo.

A respeito das Debêntures já existentes antes da Recuperação Judicial, em virtude do não reconhecimento dos efeitos do Plano nas Demonstrações Contábeis, conforme citado na nota explicativa 1.1., estas estão classificadas na rubrica Debêntures no Curto prazo.

16. Imposto de renda e contribuição social

a) Impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2017 a composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos no balanço era a seguinte:

Passivo	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Provisão IRPJ	-	-	6.825	6.493
Provisão CSLL	-	-	3.836	3.648
Total passivo circulante	-	-	10.661	10.141
IRPJ sobre diferenças temporárias	29.522	29.344	50.595	50.574
CSLL sobre diferenças temporárias	10.507	10.442	18.094	18.085
Total passivo não circulante	40.029	39.786	68.689	68.659

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON, aprovados pela Deliberação CVM nº 273 de 20/08/98 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros aprovados pelo Conselho de Administração.

a) Despesas com tributos sobre o lucro

A seguir são apresentados os encargos com tributos sobre o lucro registrados no resultado dos períodos:

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras padronizadas

Em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Conciliação IRPJ/CSLL do resultado				
Resultado antes dos impostos	(168.116)	(132.854)	(168.329)	(133.203)
Imposto à alíquota corrente	34%	34%	34%	34%
Total de crédito tributário (prejuízo fiscal e base negativa não contabilizados)	57.159	45.170	57.232	45.289
Conciliação de Impostos Diferidos				
Realização IR/CS sobre diferenças temporárias - Reserva reavaliação	-	-	298	518
Realização IR/CS sobre diferenças temporárias - Custo atribuído	180	198	285	333
Constituição IR/CS sobre diferenças temporárias - Revisão vida útil	(423)	(1.296)	(613)	(1.600)
IRPJ/CSLL do resultado do período	(243)	(1.098)	(30)	(749)

17. Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Companhia mantém provisões para contingências fiscais, cíveis, trabalhistas, e administrativas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco provável pelos assessores jurídicos externos. A Administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais.

A posição em 31 de dezembro de 2017 das contingências fiscais, cíveis e trabalhistas e sua movimentação no período encontra-se abaixo:

Controladora	Previdenciárias		Despesas		Total
	Fiscais	e trabalhistas	Cíveis	administrativas	
Em 31 de dezembro de 2016	225.758	17.464	20.096	2.113	265.431
Constituída durante o período		10.608			10.608
Atualização	11.080	1.606	68		12.754
Provisões utilizadas		(11.742)			(11.742)
Em 31 de dezembro de 2017	236.838	17.936	20.164	2.113	277.051

	Previdenciárias		Despesas		Total
	Fiscais	e trabalhistas	Cíveis	administrativas	
Parcela de curto prazo	10.288	6.718			17.006
Parcela de longo prazo	226.550	11.218	20.164	2.113	260.045
Em 31 de dezembro de 2017	236.838	17.936	20.164	2.113	277.051

Consolidado	Previdenciárias		Despesas		Total
	Fiscais	e trabalhistas	Cíveis	administrativas	
Em 31 de dezembro de 2016	225.767	17.482	20.096	2.113	265.458
Constituída durante o período		10.665			10.665
Atualização	11.080	1.607	68		12.755
Provisões utilizadas		(11.793)			(11.793)
Em 31 de dezembro de 2017	236.847	17.961	20.164	2.113	277.085

	Previdenciárias		Despesas		Total
	Fiscais	e trabalhistas	Cíveis	administrativas	
Parcela de curto prazo	10.297	6.743			17.040
Parcela de longo prazo	226.550	11.218	20.164	2.113	260.045
Em 31 de dezembro de 2017	236.847	17.961	20.164	2.113	277.085

O saldo das provisões é atualizado pelos seguintes critérios: contingências tributárias são atualizadas pela variação da taxa SELIC no período; cíveis pela variação do IGP-M; e trabalhistas por índice próprio, fornecido pela Justiça do Trabalho.

Resumo dos principais objetos vinculados aos passivos contingentes

FISCAIS

ICMS

Ações relacionadas a autuações fiscais, cujo objeto de discussão é a utilização de créditos diversos, basicamente decorrentes de uso e consumo, bonificações, produtos por encomendas e sobre encargos financeiros.

COFINS

Relativas a ações que discutem a incidência sobre as receitas e ingressos diversos de faturamento (produto das vendas de mercadorias e/ou serviços).

Demais ações estão relacionadas a diversas autuações sobre tributos federais, estaduais e municipais, decorrentes, dentre eles, de glosas efetuadas na apuração dos tributos e divergências quanto as obrigações acessórias.

PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS

INSS

Estas ações estão pautadas na perda provável de discussão sobre verbas de caráter indenizatório que não deveriam incidir na base de cálculo do salário de contribuição.

TRABALHISTAS

Referem-se a pedidos diversos em ações decorrentes de contrato de trabalho, dentre estas diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, danos moral e material.

CIVEIS

As principais contingências cíveis referem-se a ações de execução movidas por entidades bancárias e tem por base cédulas de crédito, acordos e confissões de dívida firmados entre as partes. A maioria destas ações encontra-se em grau de recurso, não havendo decisão final. Há outras em valores menos significativos que se referem a indenização por danos morais e materiais, ações de cobrança, entre outras.

Juizados Especiais Cíveis – questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos.

Demais ações – referem-se a diversas ações em curso abrangendo principalmente reclamações de clientes, indenização por danos morais, rescisões de contratos, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de quebras contratuais.

Perdas possíveis

Adicionalmente às provisões registradas, existem outros passivos contingentes que estão em discussão, R\$ 68.166 em causas cíveis, R\$ 782.715 em causas tributárias, R\$ 1.123 em causas trabalhistas.

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras padronizadas

Em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Além dos registros contábeis já registrados no Passivo da Companhia de parte substancial quanto ao principal dos temas em discussão, as causas estão sendo amplamente defendidas por nossos assessores jurídicos e, considerando a perspectiva possível de êxito, não há constituição de provisão.

Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Depósitos judiciais	30.761	29.752	31.551	30.538
Parcela não circulante	30.761	29.752	31.551	30.538

Contingências ativas

Amparada na opinião de seus consultores legais, a Companhia vem pleiteando judicialmente a recuperação de certos créditos tributários, que entende ter direito. Todavia, esses créditos não se encontram reconhecidos nos registros contábeis.

Os principais temas fiscais pleiteados, para alguns dos quais há decisões favoráveis nas instâncias iniciais, e que não se encontram registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2017, nem tampouco para os quais foram efetuadas quaisquer compensações e/ou registros contábeis são:

INSS/SAT/Salário Educação - imunidade	234.616
PIS e COFINS sobre ICMS	86.007
Créditos de INSS/FGTS	69.326
Eletrobrás	64.526
	<u>454.475</u>

18. Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado		Encargos
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16	
Monte Claro Part. Serv. Ltda.	27.768	22.750	27.768	22.750	103 % CDI
Cell Participação e Adm. Ltda.	5.342	4.325	10.509	9.013	103 % CDI
RMMF Particip. Ltda.	105	86	105	86	103 % CDI
Parcela circulante	33.215	27.161	38.382	31.849	
Teka Fiação Ltda.	45.899	46.228	-	-	-
Teka Têxtil S.A.	2.045	2.057	-	-	-
Cerro Azul Part. E Adm. Ltda.	1.378	2.455	-	-	-
Parcela não circulante	49.322	50.740	-	-	

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições usuais estabelecidas entre as partes.

Remuneração da Administração

Conforme estabelecido e aprovado nas atas, para 2017 foi atribuída à remuneração dos administradores, a seguir descritas, conforme atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas:

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras padronizadas

Em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Remuneração do conselho de administração	397	770	397	770
Remuneração do conselho fiscal	153	123	153	123
Remuneração da diretoria	1.235	1.104	1.235	1.104
	1.785	1.997	1.785	1.997

Neste grupo estão conselheiros de Administração e Fiscal, assim como os Diretores.

19. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)**Capital social**

O Capital Social é formado de 503.155 ações, sendo 167.915 ações ordinárias e 335.240 ações preferenciais, todas sem valor nominal, num montante de R\$ 21.945.

As ações preferenciais não terão direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais, sendo conferidas as seguintes vantagens:

- a) Prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da sociedade;
- b) Dividendo 10% maior do que o atribuído às ações ordinárias.

Reservas de lucros***Reservas legal***

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final do exercício após a dedução das participações, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 2017 a Companhia não constituiu reserva legal.

Outros resultados abrangentes***Reservas de reavaliação***

Refere-se à diferença entre o custo original e o custo atribuído (*Deemed Cost*) de certos bens do ativo imobilizado, que foi gerado pela adoção inicial dos CPC's e do IFRS como também por reavaliações anteriores à Lei 11.638. A realização do Ajuste Avaliação Patrimonial ocorrerá através da depreciação/baixa dos bens, que é transferida para a conta Lucros Acumulados no Patrimônio Líquido.

Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia reconhece nesta rubrica o saldo de reserva de reavaliações de ativos permanentes efetuada em anos anteriores e o saldo de custo atribuído (*deemed cost*) registrado, líquidos dos efeitos tributários, próprio e de controladas de forma reflexa. Esses efeitos são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou no caso de alienação ou baixa do ativo.

20. Resultado (prejuízo) líquido por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

Resultado por Ação

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Numerador				
Resultado Líquido do exercício atribuído aos acionistas da companhia				
Resultado atribuível aos detentores de ações preferenciais	(112.174)	(89.249)	(112.174)	(89.249)
Resultado atribuível aos detentores de ações ordinárias	(56.185)	(44.703)	(56.185)	(44.703)
	(168.359)	(133.952)	(168.359)	(133.952)
Denominador (em milhares de ações)				
Quantidade de ações preferenciais emitidas	335	335	335	335
Quantidade de ações ordinárias emitidas	168	168	168	168
Total	503	503	503	503
Resultado básico e diluído por ação (em Reais)				
Ação preferencial	(334,60663)	(266,22413)	(334,60663)	(266,22413)
Ação ordinária	(334,60663)	(266,22413)	(334,60663)	(266,22413)

21. Receitas de vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Vendas mercado interno	151.184	176.455	151.013	175.955
Vendas mercado externo	15.449	22.307	15.449	22.307
Receita operacional bruta	166.633	198.762	166.462	198.262
(-) Impostos sobre venda	(34.450)	(39.772)	(34.439)	(39.643)
Receita operacional líquida	132.183	158.990	132.023	158.619

22. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras padronizadas

Em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Depreciação e amortização	4.200	4.445	6.306	6.678
Despesas com folha de pagamento	57.091	63.131	57.501	63.526
Matéria-Prima e materiais gerais	66.140	79.839	66.414	79.869
Frete, comissões e demais despesas variáveis	10.852	14.237	10.839	14.218
Resultado de Equivalência Patrimonial	3.666	7.068	-	-
Financeiras Líquidas	144.510	139.322	148.153	143.924
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	14.083	(15.100)	11.169	(15.644)
	300.542	292.942	300.382	292.571

Classificadas como

Custos dos produtos vendidos	102.063	122.730	104.055	124.637
Despesas com vendas	23.454	25.209	24.180	25.829
Despesas gerais e administrativas	12.766	13.713	12.825	13.825
Despesas/receitas financeiras	144.510	139.322	148.153	143.924
Equivalência Patrimonial	3.666	7.068	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	14.083	(15.100)	11.169	(15.644)
	300.542	292.942	300.382	292.571

23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Despesas financeiras				
Atualização monetária	(65.690)	(80.297)	(69.064)	(84.703)
Encargos financeiros	(109.466)	(103.028)	(109.691)	(103.244)
Variação cambial	(243)	2.211	(243)	2.211
Outras despesas financeiras	(3.088)	(4.617)	(3.171)	(4.654)
Total despesas financeiras	(178.487)	(185.731)	(182.169)	(190.390)
Receitas financeiras				
Juros sobre duplicatas	254	205	255	205
Variação cambial	(77)	(570)	(77)	(569)
Outras receitas financeiras	33.800	46.774	33.838	46.830
Total receitas financeiras	33.977	46.409	34.016	46.466
Resultado financeiro líquido	(144.510)	(139.322)	(148.153)	(143.924)

24. Outras receitas e despesas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Receitas operacionais				
Crédito PIS/COFINS	-	1	-	1
Aproveitamento créditos de prejuízos fiscais	10.962	30.830	10.962	30.830
Venda de bens	3	36	3	831
Outras receitas	49	30	52	34
	11.014	30.897	11.017	31.696

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras padronizadas

Em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ajuste a valor recuperável dos estoques	273	10	273	10
Ajuste Ociosidade	(16.886)	(10.467)	(16.886)	(10.467)
Custo dos Bens Vendidos	(60)	(73)	(60)	(800)
Outras despesas	(8.181)	(4.169)	(5.483)	(4.046)
	(24.854)	(14.699)	(22.156)	(15.303)

25. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros

As operações da Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado, principalmente com relação à variação da taxa de câmbio, riscos de crédito e de variações nos preços de insumos.

A administração desses riscos é efetuada por intermédio de instrumentos financeiros e estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas. Esses instrumentos financeiros, representados principalmente por disponibilidades bancárias, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores, empréstimos, debêntures e contas a pagar, não possuem valor de mercado diferente daqueles apresentados pelos saldos contábeis no balanço patrimonial e foram atualizados de acordo com os contratos inerentes às respectivas transações e práticas contábeis vigentes.

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas aos fatores de risco demonstrados a seguir:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes. Para mitigar esse risco, as políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco).

Risco de preço

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente dos fios de algodão. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria-prima.

Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia são suscetíveis a sofrer variações, pois as suas contas a pagar e a receber são afetadas pela volatilidade da taxa de câmbio, principalmente do dólar americano.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras padronizadas

Em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos.

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções nºs 475 e 550/08 apresentamos a seguir, demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial

	31/12/17	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Ativos				
Clientes no Mercado Externo	1.700	1.726	1.752	1.777
	1.700	1.726	1.752	1.777
Passivos				
Dívida Bancária	1.114	1.131	1.148	1.165
Fornecedores do Mercado Externo	5.412	5.494	5.576	5.658
	6.526	6.625	6.724	6.823
Exposição Líquida - R\$ Mil	4.826	4.899	4.972	5.045
Exposição Líquida - US\$ Mil	1.462	1.462	1.462	1.462
Taxa Dólar	3,30	3,35	3,40	3,45
Percentual	-	1,52	1,49	1,47

A variação de 1 ponto percentual nas taxas de juros resultaria no aumento das despesas financeiras no montante aproximado de:

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Variação nas Taxas de Juros

Descrição	31/12/17	Cenário I	Risco
Passivos - Controladora			
Dívida Bancária por Taxa:			
CDI	-	-	Alta CDI
TR	10.091	101	Alta TR
TJLP	137.621	1.376	Alta TJLP
INPC	105.989	1.060	Alta INPC
Outros	226.555	2.266	
	480.256	4.803	

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

Instrumentos financeiros da Companhia por categoria

Os tipos e classificação dos instrumentos financeiros da Companhia, em 31/12/2017 e 31/12/2016, são apresentados a seguir:

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras padronizadas

Em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora				Controladora		
Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2017 conforme balanço patrimonial	Mensurado pelo valor justo por meio			Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2017 conforme balanço patrimonial	Mensurados pelo valor		
	do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total		justo por meio	Outros passivos financeiros	Total
Caixa e equivalentes		67	67	Fornecedores		403.648	403.648
Contas a receber		32.596	32.596	Empréstimos e Financiamentos		480.256	480.256
Total		32.663	32.663	Total		883.904	883.904

	Controladora				Controladora		
Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2016 conforme balanço patrimonial	Mensurado pelo valor justo por meio			Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2016 conforme balanço patrimonial	Mensurados pelo valor		
	do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total		justo por meio	Outros passivos financeiros	Total
Caixa e equivalentes		282	282	Fornecedores		356.158	356.158
Contas a receber		41.807	41.807	Empréstimos e Financiamentos		426.575	426.575
Total		42.089	42.089	Total		782.733	782.733

Risco de preço de commodities

A Companhia é afetada pela volatilidade da commodity algodão. Suas atividades operacionais requerem aquisição e produção em continuidade de produtos têxteis e, portanto, requerem fornecimento contínuo de algodão.

26. Informações por segmento

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 – Informações por Segmento, aprovado pela Deliberação CVM 582/09. A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

Em 31 de dezembro de 2017	Tecelagem	Fiação	Corporativo	Total
Receita operacional líquida	132.183	4.380	2.408	138.971
Receita entre segmentos	(2.552)	(4.380)	(16)	(6.948)
Receita de clientes externos	129.631	-	2.392	132.023
Depreciação e amortização	(4.200)	(546)	(1.560)	(6.306)
Receitas financeiras	33.977	3	36	34.016
Despesas financeiras	(178.479)	(3.589)	(101)	(182.169)
Provisão IRPJ e CSLL	(243)	(61)	274	(30)
Resultado líquido do período	(164.662)	(4.247)	550	(168.359)
Ativo total	889.887	17.249	63.210	970.346
O ativo inclui:				
Investimentos em coligadas				-
Adições ao imobilizado e intangível	34	-	2	36
Passivo total	889.887	17.249	63.210	970.346

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras padronizadas

Em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2016	Tecelagem	Fiação	Corporativo	Total
Receita operacional líquida	158.990	6.251	1.529	166.770
Receita entre segmentos	(1.871)	(6.251)	(29)	(8.151)
Receita de clientes externos	157.119	-	1.500	158.619
Depreciação e amortização	(4.445)	(661)	(1.572)	(6.678)
Receitas financeiras	46.409	9	48	46.466
Despesas financeiras	(185.690)	(4.603)	(97)	(190.390)
Provisão IRPJ e CSLL	(1.098)	(195)	544	(749)
Resultado líquido do período	(126.800)	(5.472)	(1.680)	(133.952)
Ativo total	867.494	17.775	64.313	949.582
O ativo inclui:				
Investimentos em coligadas				-
Adições ao imobilizado e intangível	1.034	-	48	1.082
Passivo total	867.494	17.775	64.313	949.582

27. Política de seguros

Após o pedido de recuperação judicial a Administração teve dificuldades em negociar a renovação do seguro patrimonial. Inicialmente o valor da contratação do novo seguro foi 125 % maior do que apresentado no ano anterior, atualmente ocorre a dificuldade de aceitação por parte das companhias seguradoras, porém a Administração continua na busca da renovação a preços adequados.

Não faz parte do escopo do trabalho de nossos auditores averiguar a razoabilidade da cobertura dos seguros contratados pela Companhia.

28. Recuperabilidade dos ativos (impairment)

Anualmente ou quando houver indicação de que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos, para determinar se estes sofreram perdas por “impairment”.

Estes testes são realizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A Companhia realiza o teste de recuperabilidade para os ativos, sendo identificadas as seguintes perdas por “impairment”:

	Controladora			Consolidado		
	Contas a receber	Estoques	Imobilizado	Contas a receber	Estoques	Imobilizado
Em 31 de dezembro de 2016	(13.262)	(1.323)		(13.303)	(1.323)	
Constituições (resultado)	(14.809)	(1.107)	-	(14.823)	(1.107)	-
Reversões (resultado)	13.725	1.380	-	13.728	1.380	-
Em 31 de dezembro de 2017	(14.346)	(1.050)	-	(14.398)	(1.050)	-

As perdas estimadas nas contas a receber foram calculadas com base no histórico de perdas e títulos vencidos há mais de 180 dias.

* * * * *